

Nada contra as empresas multinacionais

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

Nos anos 1950, aos 20 anos de idade, eu descobri o desenvolvimento econômico brasileiro, a estratégia nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, seu apoio em um pacto político no qual os empresários desempenhavam papel central e o nacionalismo econômico – a ideologia necessária para a industrialização. E aprendi também quem era o adversário: era o imperialismo dos países ricos, que usavam o liberalismo – a lei das vantagens comparativas do comércio internacional – para nos persuadir/pressionar a não nos industrializarmos.

Nesse aprendizado, o imperialismo se fazia presente com o “capital estrangeiro” aplicado na mineração, nos serviços públicos monopolistas e no comércio atacadista de commodities. E a solução nacionalista para o problema era limitar a entrada desses capitais e impor restrições à remessa de lucros.

Passaram-se os anos. O capital estrangeiro ganhou um nome – empresas multinacionais – e estas passaram a investir na indústria. As empresas multinacionais estavam simplesmente procurando contornar a barreira que os países em desenvolvimento levantaram contra a importação de bens manufaturados, mas este fato aparentemente contradizia a tese nacionalista que os países ricos tinham como política dificultar a industrialização dos países periféricos.

“Aparentemente”, porque a

presença das empresas multinacionais industriais não mudava a posição das elites econômicas e políticas dos países centrais, que continuavam a desprezar os países periféricos, que, a seu ver, seriam incapazes de se desenvolver por conta própria. Ao invés de se industrializar, eles deviam se deixar orientar por seus conselhos e manter as economias primário-exportadoras.

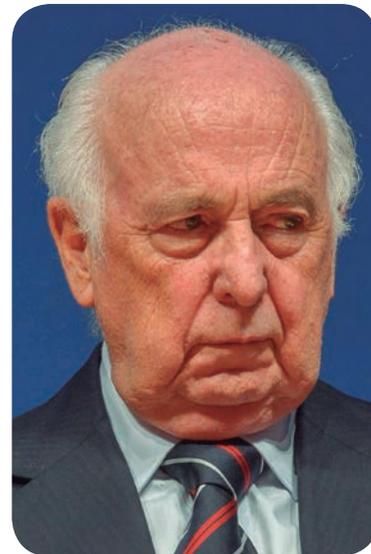
O fato objetivo, porém, era que as empresas multinacionais estavam participando da industrialização brasileira, e este fato deu origem à teoria da dependência “associada”, supostamente marxista, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969), mas que concluiu que as empresas multinacionais eram “necessárias” para o desenvolvimento econômico, porque “resolviam” o problema da falta de poupança interna e a falta de dólares.

Dessa maneira, não obstante o nacionalismo econômico e o desenvolvimentismo clássico terem sido uma ideologia e uma estratégia de desenvolvimento muito bem-sucedidas, tendo desempenhado um papel decisivo em orientar e em desencadear a revolução industrial e capitalista brasileira, desde os anos 1970, liberais e a esquerda “associada” se uniram contra o nacional-desenvolvimentismo. E isto acabou também acontecendo com o regime militar. Depois do primeiro choque do petróleo, o governo Geisel (1974-1978) decidiu adotar a política de crescimento com endividamento externo, ou seja, com déficits em

conta corrente financiados por investimentos diretos e empréstimos. Esta política levou o país à grande crise da dívida externa dos anos 1980, que, associada a uma alta inflação inercial decorrente da prévia indexação da economia brasileira, deu início ao processo de quase estagnação que dura até hoje.

Em 1980 houve a grande virada neoliberal nos países ricos. Dez anos depois, em 1990, o Brasil, fragilizado pela crise financeira e pela alta inflação, abandonou sua estratégia desenvolvimentista e se submeteu a um regime de política econômica liberal – dominante desde então no Brasil. A partir daí o Brasil deixou de contar com um projeto nacional de desenvolvimento, adotou as reformas impostas pelos países ricos, passou a ter um regime de política econômica liberal, e sua economia continuou a apresentar um crescimento muito baixo, não obstante a alta inflação tenha sido dominada em 1994.

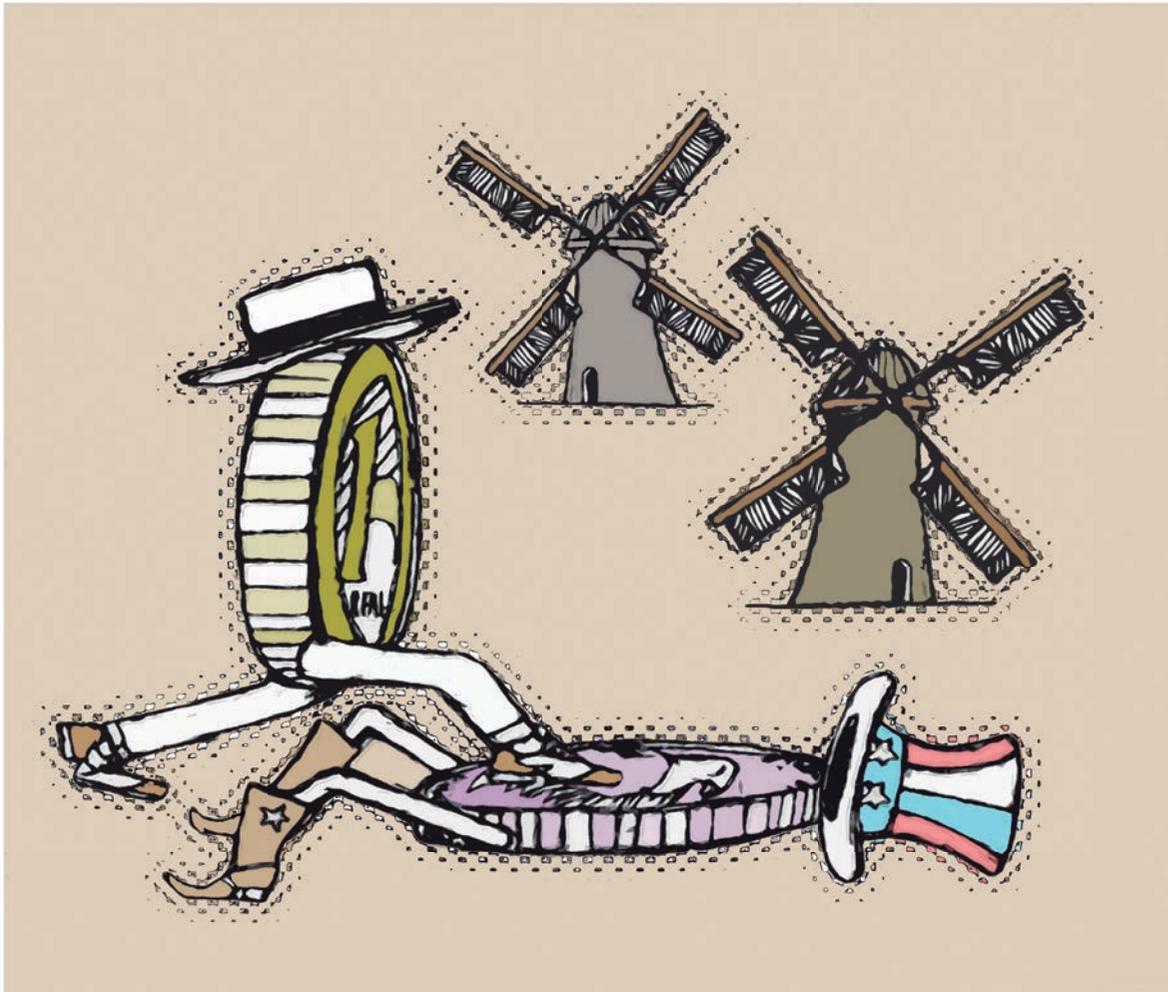
Em todo esse processo histórico, ficou clara a fragilidade do argumento nacionalista e desenvolvimentista clássico contra as multinacionais e contra o imperialismo. Sua crítica contra a pressão do Norte para que o Brasil adotasse as reformas neoliberais era correta, mas exagerada: algumas dessas reformas interessavam ao Brasil. Já sua crítica às empresas multinacionais estava fora do lugar. Não eram elas que estavam impedindo a retomada do desenvolvimento, mas uma política econômica que, re-



almente, não interessava ao Brasil e sim aos países ricos.

O nome dessa política é “crescimento com poupança externa”, ou, mais claramente, a política de crescimento com endividamento externo através da qual o país incorria em déficit em conta corrente e o financiava com empréstimos e, preferivelmente, com os investimentos diretos das multinacionais. Ser nacionalista econômico não significa ser contra as empresas multinacionais, mas contra uma taxa de câmbio sobreapreciada que torna não competitivas as empresas nacionais que utilizam tecnologia no estado da arte mundial. Significa rejeitar a política de crescimento com endividamento externo e os correspondentes déficits em conta corrente. Significa deixar de acreditar que a poupança externa se soma à poupança interna e torna o país capaz de investir e crescer mais.

As duas principais causas da quase estagnação e da desindus-



Albedo

trialização do Brasil desde 1990 foram essa política de endividamento externo e a não política de deixar de neutralizar a doença holandesa (sobre a qual remeto o leitor a meus textos sobre o tema). Ficando apenas com a primeira causa, foi incorrer gostosamente em déficits em conta corrente (a “poupança externa”), e justificá-los dizendo que a poupança externa se somaria à interna e aumentaria o investimento. Foi aceitar essa política que é intrinsecamente autoderrotante, porque quando acontece o déficit em conta corrente, tornam-se necessárias entradas de capitais para financiá-los e a moeda nacional se aprecia; em consequência, as

empresas industriais do país que usam a melhor tecnologia disponível deixam de ser competitivas e param de investir, e o que o dinheiro externo financia é o consumo, não o investimento.

Temos assim a substituição da poupança interna pela externa ao invés de as duas se somarem. E temos consumo ao invés de investimento. Configura-se, assim, o populismo cambial. O populismo fiscal é o Estado gastar irresponsavelmente mais do que arrecada e incorrer em déficits públicos elevados e crônicos; o populismo cambial é o país como um todo (e não apenas o setor público) gastar mais do que arrecada incorrendo

em déficit em conta corrente. Os investimentos das empresas multinacionais, mesmo daquelas que fazem investimentos produtivos em prédios ou equipamentos, ao financiarem déficits em conta corrente que apreciam a moeda nacional, acabam financiando o consumo, não o investimento.

A política de crescimento com déficit em conta corrente e endividamento externo, associada à política de juros altos para atrair capitais, e à não neutralização da doença holandesa tornam, assim, a taxa de câmbio apreciada no longo prazo. Ao invés, o que o país deveria fazer é realizar um superávit em con-

ta corrente. Se o problema fosse apenas a apreciação cambial causada pelos juros altos para atrair capitais, bastaria que a conta corrente fosse zerada, mas, como no Brasil há uma doença holandesa, se neutralizada, o país realizará um pequeno superávit em conta corrente.

Do ponto de vista do nacionalismo novodesenvolvimentista, a preocupação principal de um país em desenvolvimento não deve estar em criar empecilhos aos investimentos das multinacionais, mas em defender que o país poupe mais e alcance um pequeno superávit em conta corrente – algo que se consegue com uma desvalorização real – e, depois, usar da política cambial para manter a taxa de câmbio flutuando em torno do equilíbrio industrial ou competitivo. É fazer a mesma coisa que fazem os países do Leste da Ásia, inclusive a China. É ter uma política de superávits em conta corrente e, ao mesmo, aceitar investimentos diretos quando a empresa multinacional traz tecnologia ou abre mercados no exterior.

E o que fazer com as entradas de capitais? Ou o governo limita essas entradas com controles de capital, ou elas aumentam reservas do país, ou servem de base para o financiamento dos investimentos diretos das empresas multinacionais do país no exterior. Não devem servir para financiar déficits em conta corrente porque estes são o verdadeiro mal, ao apreciar no longo prazo a moeda nacional e tornar não competitivas as boas empresas industriais do país, sejam elas nacionais ou multinacionais.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.